

Mercado começa logo a esfriar

O Governo não acredita numa queda vertical da venda de veículos em decorrência da imposição do empréstimo compulsório de 25 por cento mas espera um esfriamento da especulação existente no mercado e um retorno ao fluxo normal de demanda, tendo em vista ser difícil admitir que muitas pessoas continuem dispostas a adquirir um veículo a qualquer custo, mesmo pagando dois ágios, um ao Governo e outro ao vendedor. As previsões foram feitas, ontem, pelo secretário-geral do Ministério do Planejamento, Henri Phillippe Reichstul, e ao chefe da Assessoria Econômica, Francisco Vidal Luna, em debate que mantiveram, ontem, com os jornalistas, sobre as medidas do "pacote" de quarta-feira.

Reichstul e Luna asseguraram que o Governo nem deseja uma queda dramática na produção automobilística, nem a continuidade da especulação desenfreada que distorce o mercado, acrescentando que por efeito da medida do compulsório, é possível esperar a normalização do mercado dentro de pouco tempo. Os dois igualmente

afirmaram que não haverá uma redução substancial do consumo de combustíveis, mas um retorno aos níveis normais, registrados antes da vigência do Plano Cruzado.

Tanto o secretário-geral como o chefe da Assessoria Econômica da Sepplan disseram que não há, da parte do Governo, torcida para que a demanda por automóveis e combustíveis cresça, apenas para aumentar a arrecadação do empréstimo compulsório. Eles explicaram que, ao contrário, a intenção do gravame foi justamente esfriar o consumo, embora admitam que, aritmeticamente, quanto mais se comprar automóvel e se consumir gasolina e álcool, mais dinheiro do empréstimo compulsório o Fundo de Desenvolvimento Nacional arrecadará.

Esses recursos do empréstimo compulsório, que aparecem no Plano de Metas travestidos de poupança adicional, deverão somar Cz\$ 35 bilhões este ano, Cz\$ 75 bilhões em 1987, Cz\$ 92 bilhões em 1988 e Cz\$ 107 bilhões em 1989, de acordo com a programação divulgada anteontem. Esses valores representam 1

por cento do PIB este ano, 2 por cento em 1987, 2,3 por cento em 1988 e 2,5 por cento em 1989.

REGULAMENTAÇÃO

No decorrer dos debates com os jornalistas, o secretário-geral do Ministério do Planejamento admitiu que o Governo errou ao não divulgar, juntamente com a informação sobre a incidência do compulsório sobre os combustíveis, a fórmula de sua restituição, mas apresentou a sugestão dada, quarta-feira, pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, de que os interessados reunam as notas fiscais da compra de combustível e se receberem uma devolução menor, entrem com um recurso. Todavia, não soube explicar a quem esse recurso seria encaminhado nem como se daria a sua tramitação.

De qualquer forma, segundo o ministro João Sayad, só resta aos consumidores aguardar a regulamentação, o que deverá sair o mais cedo possível, embora não haja, da parte do Governo, muita pressa, pois a devolução somente será iniciada dentro de um ano.